

ENTRE O USO E A NORMA: UMA INTRODUÇÃO À GRAMATICOGRAFIA DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL DA PASSAGEM DO SÉCULO (1880-1920)

Maurício SILVA⁵⁹

Resumo: Este artigo trata da concepção de gramática, destacando a prática da escritura gramatical, com base na metodologia proposta pela Historiografia Linguística. O artigo trata também das possibilidades de relacionamento entre gramática, cultura e imaginário, discutindo o estabelecimento de uma norma gramaticográfica no Brasil da passagem do século.

Palavras-chave: Gramática. Português. Historiografia Linguística. Nacionalismo Linguístico. Brasil.

Abstract: The present article analyzes the concepts of grammar, pointing out some aspects of the grammatical practice, in its writing perspective. Furthermore, it analyzes some methodological aspects of the Linguistic Historiography, and finally, it analyzes the possibilities of relation among the grammar and the concepts of culture, ideology and the imaginary in the Brazilian turn of the century.

Keywords: Grammar, Portuguese, Linguistic Historiography, Linguistic Nationalism, Brazil.

A compreensão do complexo processo de constituição, desenvolvimento e consolidação de uma determinada norma gramatical requer o estudo não apenas da reconfiguração do contexto geral da época na qual o fazer gramatical se inscreve, mas também o resgate do ideário que deu sustentação à construção do conhecimento linguístico e seus desdobramentos práticos no corpo do próprio texto gramatical.

Todo esse procedimento analítico diz respeito, entre outras coisas, à delicada questão da *metalinguagem*, que de acordo com Konrad Koerner seria a maneira pela qual o historiógrafo da linguagem “empreende a descrição e apresentação de teorias da linguagem do passado aos pesquisadores do campo presente”. (KOERNER, 1996, p. 99). Daí a necessidade de um estudo, ao mesmo tempo, extensivo e intensivo, o qual se

⁵⁹ Doutor em Letras Clássicas e Vernáculas pela Universidade de São Paulo; professor de língua portuguesa na Universidade Nove de Julho (São Paulo). maurisol@gmail.com

traduz, num contorno mais objetivo, no que Pierre Swiggers define como sendo, por um lado, uma análise que “focusses on the specific way in which a particular linguistic insight was brought about and formulated” e, por outro lado, uma análise na qual “we study the types of models which carry linguistic knowledge”, ambas imprescindíveis à eficácia de abordagem *historiográfica* da gramática e correspondentes à conjugação de uma descrição *content-oriented*, isto é, que se volta para as particularidades internas da linguagem, e uma descrição *context-oriented*, ou seja, que envolve a linguagem em seu contexto social e cultural. (SWIGGERS, 1989, p. 26).

Baseando-se nos pressupostos teórico-metodológicos propostos pela Historiografia Linguística, que procura, entre outras coisas, analisar o *documento linguístico* levando em consideração o jogo dialético entre o texto metalinguístico e o contexto histórico-social, procuraremos aqui analisar brevemente a produção gramaticográfica no Brasil, entre 1880 e 1920, que acusa, ao pesquisador do assunto, uma tensão contínua entre conceitos muitas vezes contrastantes, quando não antípodas, como os de norma e uso, de registros brasileiro e lusitano, de conservadorismo e liberalismo linguísticos, enfim de ideologias languageiras que assinalam conflitos latentes que acabaram tomando conta dos estudos filológicos e gramaticais da passagem do século no Brasil, como a luta contra os galicismos, que passam a ocupar cada vez mais espaço no português brasileiro; a oposição entre um registro linguístico americano, simbolizando, a seu modo, a inovação e um falar lusitano, representante dileto da tradição idiomática portuguesa; a defesa e o combate do purismo gramatical, como elemento emblemático das injunções ideológicas da época.

Língua portuguesa e gramática na passagem do século (1880–1920)

É inegável que o século XIX - sobretudo na sua segunda metade - marca um avanço considerável dos estudos destinados à análise da língua portuguesa em geral e, particularmente, de sua relação com a realidade cultural brasileira. De lá para cá, são muitos aqueles que se dedicaram, em maior ou menor grau, a abordagens de fatos da língua que contribuíram com e que resultaram do processo de aclimação do português no Brasil: autores que vão das figuras intelectualmente ecléticas de um Rui Barbosa e um João Ribeiro a personalidades eminentes dos estudos linguísticos, como Celso Cunha ou Mattoso Câmara, para citar apenas alguns dos muitos estudiosos dessa

questão. Mas há também aqueles que, sem se caracterizarem necessariamente como intelectuais de destaque e sem serem especialistas no assunto, também deram uma importante contribuição ao estudo e desenvolvimento da língua portuguesa no Brasil. Em geral, trata-se de escritores mais dedicados à arte da ficção do que propriamente à ciência da linguagem; e que, de uma forma ou de outra, procuraram expor, nem sempre com a desejada isenção, sua opinião a respeito do referido tema: basta, para tanto, que nos lembremos de algumas das muitas querelas linguísticas em que se envolveram um José de Alencar, um Affonso de Taunay ou um Júlio Ribeiro. Além desses nomes – mas agora sem relação direta com contendas dessa natureza –, as questões relativas ao emprego da língua portuguesa no Brasil podem ser encontradas ainda em escritores como Monteiro Lobato, Mário de Andrade, Coelho Neto, Gonçalves Dias e muitos outros, todos eles artistas e literatos de renome e que, a despeito disso, não deixaram de exercitar, com desusada pertinácia, sua habilidade criativa na interpretação e na reflexão teórica acerca da linguagem, resultando assim na formulação de um autêntico *ideário linguístico* na passagem do século XIX para o XX, construção, aliás, que se assenta num inusitado *discurso metalinguístico*.

Sabemos que esse período foi uma época, como sugere Cavalcanti Proença, (PROENÇA, 1959) de particular *efervescência gramatical*, em que a expressão linguística sofria intensa pressão dos guardiões da língua portuguesa, a todo instante prontos para apontar eventuais falhas gramaticais nos textos publicados, que iam da grafia incorreta de um vocábulo à colocação inadequada de um pronome, condenação que, logo de início, sugere a presença de uma dicotomia quase indissolúvel entre o conservadorismo e a renovação linguísticos, fazendo com que o emprego da língua portuguesa dentro e fora do âmbito ficcional oscilasse entre a inovação e a manutenção de um determinado padrão idiomático. (MARTINS, 1988; PINTO, 1988)

Mas esse apego incondicional a uma espécie de formalismo linguístico já vinha de longe, e apenas se adensara com a emergência da estética parnasiana no final do século XIX, com a prevalência dos acadêmicos na passagem do século e, finalmente, com as batalhas encampadas pelos modernistas já no século XX. Nesse sentido, alguns indícios atestam que essa tendência ao formalismo teria encontrado suas primeiras manifestações relevantes ainda na Colônia, com o modelo educacional então adotado, como sugere Fernando Azevedo, para quem a educação, naquela época, estava intimamente relacionada à família, à Igreja e ao poder políticoeconômico. O ensino,

portanto, misturava o gosto pela sociedade aristocrática e o empenho dos padres na difusão do conhecimento, segundo as premissas da religião e do *ratio studiorum* jesuítico:

[...] de fato, desse ensino que se completava com a escolástica e a apologética, provieram não somente o interesse pela vernaculidade e o pendor para dar a tudo expressão literária, como também o amor à forma pela forma, o requinte e os rebuscamentos, e o gosto das disputações que, mais tarde, no Império e na República, pela associação do espírito literário e do espírito jurídico, deviam prolongar-se nas controvérsias gramaticais e filológicas, como nas polêmicas literárias. (AZEVEDO, 1962, p. 20)

A busca da *palavra difícil* (BOSI, 1977) torna-se, portanto, marca persistente da retórica oficializada pela Academia Brasileira de Letras, que pugnava em prol do rigor linguístico e do purismo gramatical, (NEVES, 1940; LIMA, 1942; GALVÃO, 1937) não sem que houvesse reação por parte daqueles que consideravam uma atitude radicalmente exagerada, tamanho apego por lusitanismos e receituários gramaticais anacrônicos.

Todas essas querelas, portanto, tinham pelo menos um elemento em comum, o qual fazia a mediação entre as posições assumidas e servia, muitas vezes, como ponto de partida tanto dos que combatiam os excessos de zelo linguístico dos puristas quanto dos que atacavam o exagero autonomista dos liberais: a *gramática*.

Língua Portuguesa e Gramaticografia Brasileira

Com efeito, em 1881, Júlio Ribeiro publica sua *Grammatica Portuguesa*, inaugurando um período da gramaticografia brasileira que se estende até por volta da década de 1930, quando novas propostas gramaticais são forjadas, a partir de um novo contexto linguístico que se desenha. Desse modo, o período que se inicia nas duas últimas décadas do século XIX e abarca as primeiras décadas do século XX aponta para um saber metalinguístico que ainda ressuma um lastro positivista de herança lusitana (Adolfo Coelho, Teófilo Braga), apresentando como principais características de seu ideário linguístico, como já aludimos antes, as disputas gramaticais, as reformas ortográficas, as discussões acerca de estrangeirismos ou da colocação pronominal etc. (BECHARA, 1995; FÁVERO, 2000) Tudo isso acabava por criar uma espécie de

cultura normativista a fundamentar os usos da língua portuguesa no Brasil, como sugerem os mais renomados gramáticos da época.

O período ao qual estamos nos referindo congrega, portanto, figuras de inestimável grandeza no conjunto de autores de gramáticas produzidas no Brasil, a começar pelo primeiro grande nome da época, Júlio Ribeiro, passando por gramáticos como João Ribeiro (*Gramática Portuguesa*, 1887), Maximino Maciel (*Gramática Analítica*, 1887), Pacheco Silva e Lameira Andrade (*Gramática da Língua Portuguesa*, 1887), Eduardo Carlos Pereira (*Gramática Expositiva da Língua Portuguesa*, 1907) e outros, muitos deles apoiando-se nas mudanças promovidas no ensino da língua portuguesa, a partir de 1870, pela atuação decisiva de Fausto Barreto na direção do Colégio D. Pedro II. (RAZZINI, 2002; FILHO, 1998)

É nessa época e com esses e outros autores que as gramáticas brasileiras adquirem legitimidade enquanto fonte autoral de saber metalinguístico (ORLANDI, 2002), aquisição cuja gênese encontra-se numa reação em cadeia: se num primeiro momento constata-se que a escrita das gramáticas nacionais baseia-se nos fundamentos científicos advindos dos estudos linguísticos europeus, sendo tais fundamentos empregados sob a perspectiva da diferenciação entre o português brasileiro e o lusitano, num segundo momento se verifica o reconhecimento desse saber metalinguístico pela sociedade, concedendo às gramáticas brasileiras uma legitimidade institucional.

Assim, é possível, ainda que numa visada francamente generalista e panorâmica, detectar as principais linhas de força linguísticas e ideológicas que sustentaram a gramaticografia brasileira no início de seu chamado período científico. (GUIMARÃES, 1996; FILHO, 1998; CAVALIERE, 2001; SILVA, 2003).

Como ressaltamos acima, trata-se de um período inaugurado com a publicação, em 1881, da *Grammatica Portuguesa*, de Júlio Ribeiro, gênese, portanto, também do processo de fixação da norma padrão brasileira, que encontra no conflito entre a ideologia linguística nacionalista e a tradicionalista sua principal expressão. Dividindo sua gramática em basicamente duas partes – o estudo da *lexeologia* (relacionado à palavra) e da *sintaxe* (relacionado à frase) –, Júlio Ribeiro propõe uma nova abordagem dos “factos da linguagem”, dos quais a gramática deveria ser a “exposição methodica”, o que lhe confere um viés incipientemente descritivo. (RIBEIRO, 1883) Baseando-se, sobretudo a partir de sua segunda edição, nas teorias de W. D. Whitney (*Essentials of English Grammar*), o gramático mineiro considera a linguagem, “a expressão do

pensamento por meio de sons articulados” (*palavras*), concebendo a gramática sob dupla perspectiva: a geral, isto é, a “exposição methodica dos factos da linguagem em geral”; e a particular, ou seja, a “exposição methodica de uma lingua determinada”, sendo, portanto, sua *Grammatica Portugueza*, a “exposição methodica dos factos da lingua portuguesa”. (RIBEIRO, 1883, p. 02)

Mas a principal inovação da gramática de Júlio Ribeiro estava na tentativa do autor de se diferenciar da tradição gramatical filosófica, dando ao estudo da linguagem uma acepção e uma prática mais *científica*, isto é, de acordo com os contornos ideológicos facultados pela Linguística Histórico-Comparativa.

No rastro de Júlio Ribeiro, encontram-se, com maior ou menor acatamento de suas teses linguísticas, uma legião de gramáticos, os quais foram os responsáveis diretos pela consolidação de uma norma padrão diferenciada do português no Brasil. Entre eles, podemos destacar, a título de exemplo, a *Grammatica Portugueza* (1887) de João Ribeiro, obra que ganharia, desde os primeiros momentos de sua publicação, prestígio e reconhecimento públicos. Abarcando temas tão diversos e abrangentes quanto a incidência, na constituição da língua portuguesa, do processo de colonização da Península Ibérica, até comentários sobre a formação histórica do léxico português, passando pela comparação entre aspectos linguísticos do latim e do vernáculo lusitano, João Ribeiro conceitua a gramática como sendo “a coordenação das fórmulas, leis ou regras da linguagem literária ou polida”, fenômeno que decorreria da observação dos “fatos da linguagem”, os quais estariam, de modo geral, sujeitos à imposição de *leis* ou *regras*, motivo pelo qual a gramática seria, portanto, “o sistema geral destas leis”. (RIBEIRO, 1923, p. 03) João Ribeiro trata ainda, em sua obra, da classificação e da formação dos vocábulos; da sintaxe portuguesa; da fonologia, etimologia e semântica da língua; e de vários outros aspectos do idioma, como sinais de pontuação e outras notações sintáticas.

Revelando uma visada mais larga e abrangente do que Júlio Ribeiro, seu antecessor, João Ribeiro destaca-se pelo didatismo recorrente e pela ousadia de algumas de suas opiniões, tornando sua gramática, naquele momento de nossa história cultural, uma das referências para os trabalhos gramaticográficos no Brasil.

No mesmo ano em que João Ribeiro publica sua gramática, duas outras obras similares vêm completar o quadro da gramaticografia finissecular: a *Grammatica*

Analítica, de Maximino Maciel; e a *Gramática da Língua Portuguesa*, de Pacheco Silva e Lameira Andrade.

A primeira delas considera a gramática uma “systematização lógica dos factos e normas de uma língua qualquer”, subdividindo-a em descritiva, histórica e comparativa. (MACIEL, 1918, p. 01) Para o autor, que posteriormente editaria sua obra sob o sugestivo nome de *Gramática Descritiva* (1894), o primeiro dos três tipos refere-se justamente ao que se convencionou chamar de gramática expositiva, caracterizando-se pela “systematização orgânica dos factos e normas próprios de uma língua, isoladamente considerada”. (MACIEL, 1918, p. 02) Incorporando, pela primeira vez numa gramática, a noção de *semiologia*, Maximino Maciel promove, de certo modo, uma inflexão nos estudos gramaticais da época, fazendo de sua obra uma referência para a gramaticografia da última quinzena do século XIX. (BASTOS; BRITO; HANNA, 2006)

Igualmente inovadora é a obra de Pacheco Silva e Lameira Andrade, para quem a gramática pode se subdividir em geral, histórica, comparativa e histórico-comparativa, sendo esta última, a melhor de todas, por ser a única que “ensina a dissecação científica dos vocábulos”. (SILVA JÚNIOR; ANDRADE, 1913, p. 66). Como Maximino Maciel, a gramática de Pacheco Silva e Lameira Andrade também se destaca por trazer, de forma inaugural em nossa gramaticografia, os estudos voltados para a semântica da língua portuguesa. (GUIMARÃES, 2004)

Já em pleno século XX, merecem destaque as gramáticas de Eduardo Carlos Pereira (*Gramática Expositiva*, 1907) e a de Carlos Porto Carreiro (*Grammatical da Língua Nacional*, 1918), ambas encerrando, de certo modo, o ciclo da chamada gramaticografia científica no Brasil, antes que as obras inovadoras de um Said Ali, nas décadas de 1920 e 1930 (*Gramática Secundária da Língua Portuguesa*, 1924; *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, 1931) e de um Mattoso Câmara, na década de 1940 (*Princípios de Linguística Geral*, 1941) pudessem marcar uma verdadeira inflexão nos rumos de nossos estudos linguístico-gramaticais por aqui.

A gramática de Eduardo Carlos Pereira, já bastante estudada, (MOLINA, 2004; CASIMIRO, 2004) tendo ultrapassado a centésima edição, representa, ao mesmo tempo, uma continuidade no modo como o conceito de gramática era concebido desde o final do século XIX e uma tentativa de renovação da tradição, adotando, como o título sugere, o método expositivo. Essa aparente contradição já se encontra presente desde o

“Prólogo da Primeira Edição”, onde o autor afirma ter procurado a resultante de duas correntes: “da corrente moderna, que dá ênfase ao elemento histórico da língua, e da corrente tradicional, que se preocupa com o elemento lógico na expressão do pensamento”. (PEREIRA, 1958, p. 07). Procurando tratar dos aspectos da gramática da língua de forma abrangente – indo da fonética à morfologia, da sintaxe à estilística –, sua obra traz ainda considerações sobre a composição literária, as tipologias textuais, além de exercícios analíticos e quadros sinópticos. Tendo escrito prólogos bastante elucidativos, acerca dos objetivos de sua gramática, (FACCINA; CASAGRANDE, 2006) Eduardo Carlos Pereira destaca-se como um dos autores que mais contribuíram para a constituição de uma norma gramatical padrão no Brasil.

Menos conhecida que a anterior, a *Grammatical da Língua Nacional*, de Carlos Porto Carreiro, não ambiciona nenhuma inovação em termos de apresentação ou teorização das categorias gramaticais da língua e suas normas. Destaca-se, como aliás o próprio autor assinala no prefácio à primeira edição, pela abundância de exemplos e exercícios, os quais aparecem desde a primeira página da obra, estendendo-se, incansavelmente, por toda ela. (CARREIRO, 1918)

Se, por um lado, em termos de gramaticografia, a passagem do século XIX para o XX conheceu um período francamente opulento, por outro lado, essa abundância suscitaria uma série de conflitos em torno do uso e das normas gramaticais da língua portuguesa no Brasil, aos quais já aludimos anteriormente.

Referências

AZEVEDO, Fernando. *Máscaras e Retratos. Estudos Literários sobre Escritores e Poetas do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

BASTOS, Neusa Maria O. Barbosa; BRITO, Regina H. Pires de; HANNA, Vera Lúcia H. Gramaticografia Novecentista: Raízes Maximinianas. In: BASTOS, Neusa Barbosa e PALMA, Dieli Vesaro (Orgs.). *História Entrelaçada 2. A Construção de Gramáticas e o Ensino de Língua Portuguesa na Primeira Metade do Século XX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006, p. 61-81.

BECHARA, Evanildo. A Tradição Gramatical Luso-Brasileira. *Confluência*. Rio de Janeiro, No. 10: 66-76, 1995.

BOSI, Alfredo. As Letras na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano. Sociedade e Instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Difel, 1977, Tomo III, Vol. 02, p. 293-319.

CARREIRO, Carlos Porto. *Grammática da Língua Nacional*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1918.

CASIMIRO, Arival Dias. *A Gramática Científica de Eduardo Carlos Pereira*. São Paulo, PUC-SP, 2004 (Tese de Doutorado).

CAVALIERE, Ricardo. Uma Proposta de Periodização dos Estudos Linguísticos no Brasil. *Alfa. Revista de Linguística*. São Paulo, Unesp, Vol. 45: 49-69, 2001.

FACCINA, Rosemeire Leão da Silva e CASAGRANDE, Nancy dos Santos. A Gramática Expositiva da Língua Portuguesa: Uma Abordagem Historiográfica. In: BASTOS, Neusa Barbosa e PALMA, Dieli Vesaro (Orgs.). *História Entrelaçada 2. A Construção de Gramáticas e o Ensino de Língua Portuguesa na Primeira Metade do Século XX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006, p. 82-101.

FÁVERO, Leonor Lopes. A Produção Gramatical Brasileira no Século XIX – Da Gramática Filosófica à Gramática Científica. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de (org.). *O Discurso do Descobrimento: 500 e mais anos de discurso*. São Paulo: Edusp, 2000, p. 181-191. .

FILHO, Leodegário A. de Azevedo. Os Estudos Filológicos e Linguísticos no Brasil. *Ensaio de Linguística, Filologia e Edótica*. Rio de Janeiro: Uerj, 1998, p. 19-44.

GALVÃO, Francisco. *A Academia de Letras na Intimidade*. Rio de Janeiro: A Noite, 1937.

GUIMARÃES, Eduardo. Sinopse dos Estudos do Português no Brasil: A Gramatização Brasileira. In: GUIMARÃES, Eduardo e ORLANDI, Eni Puccinelli (orgs.). *Língua e Cidadania. O Português no Brasil*. Campinas: Pontes, 1996, p. 127-138.

_____. *História da Semântica. Sujeito, Sentido e Gramática no Brasil*. Campinas: Pontes, 2004.

KOERNER, Konrad. O Problema da Metalinguagem em Historiografia da Linguística. *Delta. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*. Campinas, Unicamp, Vol. 12, No. 01: 95-124, 1996.

LIMA, Joaquim Bento Alves de. *Academia Brasileira de Letras*. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1942.

MACIEL, Maximino. *Grammatica Descriptiva, baseada nas Doutrinas Modernas*. Rio de Janeiro / Paris: Francisco Alves / Aillaud, 1918.

MARTINS, Nilce Sant'Anna. *História da Língua Portuguesa. Século XIX*. São Paulo: Ática, 1988.

MOLINA, Márcia A. Guedes. *Um Estudo Descritivo-Analítico da Gramática Expositiva (Curso Superior) de Eduardo Carlos Pereira*. São Paulo, FFLCH/USP, 2004 (Tese de Doutorado).

NEVES, Fernão. *A Academia Brasileira de Letras. Notas e Documentos para a sua História (1896-1940)*. Rio de Janeiro, Publicações da Academia Brasileira, 1940.

ORLANDI, Eni P. *Língua e Conhecimento Linguístico. Para uma História das Ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática Expositiva (Curso Superior)*. São Paulo: Nacional, 1958.

PINTO, Edith Pimentel. *História da Língua Portuguesa. Século XX*. São Paulo: Ática, 1988.

PROENÇA, M. Cavalcanti. *Augusto dos Anjos e Outros Ensaio*s. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

RAZZINI, Márcia de Paula Gregorio. A *Antologia Nacional* e a Ascensão do Português no Currículo da Escola Secundária Brasileira. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, No. 35: 59-71, Jul. 2002.

RIBEIRO, João. *Grammatica Portugueza*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1923.

RIBEIRO, Júlio. *Grammatica Portugueza*. São Paulo: Teixeira & Irmão, 1883.

SILVA, Maurício. *Ars recte loquendi: Constituição da Gramática Brasileira Novecentista*. *Confluência*. Rio de Janeiro, No. 25/26: 234-242, 2003.

SILVA JÚNIOR, Pacheco da; ANDRADE, Lameira de. *Grammatica da Língua Portugueza para uso dos Gymnasios, Lyceus e Escolas Normaes*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1913.

SWIGGERS, Pierre. Reflections on (Models for) Linguistic Historiography. In: HULLEN, Werner (ed.). *Understanding the Historiography of Linguistics Problems and Projects*. Munster, Nodus [s.d.] p. 21-34 (Symposium at Essen, 23 – 25 November 1989).